



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

Palácio do Planalto, 16 de junho de 2005

Eu quero cumprimentar o presidente do Senado, senador Renan Calheiros;

Cumprimentar o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti;

Cumprimentar os meus queridos companheiros José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil; Olívio Dutra, ministro das Cidades; Paulo Bernardo, ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; companheiro Aldo Rebelo, ministro chefe-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência;

Nosso querido companheiro Nilmário Miranda;

Nosso querido companheiro Jaques Wagner, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;

Nosso querido Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal;

Nosso querido companheiro Donizete, que falou em nome dos movimentos sociais;

Quero cumprimentar o senador Aloizio Mercadante, o nosso senador Marcelo Crivella e a nossa senadora Ideli Salvatti, e fazer uma ressalva, aqui, e parabenizar o senador Crivella pelo trabalho extraordinário como relator desse projeto que passou tão rapidamente.

Quero cumprimentar o deputado Beto Albuquerque, o deputado Vicente Cascione, o deputado Zezéu Ribeiro, o deputado Júlio Lopes, o deputado Roberto Gouveia, o deputado Leonardo Monteiro, o deputado professor Luizinho, o deputado Paulo Rocha, o deputado Arlindo Chinaglia,



Em especial, também, um agradecimento ao companheiro João Paulo que, como presidente da Câmara, colocou esse projeto para ser votado, porque todo mundo sabe que esse projeto ficou 13 anos, Severino, 13 anos, Renan, paralisado no Congresso Nacional. E o João Paulo assumiu a Presidência e os deputados, por orientação do Presidente da Câmara, resolveram dar prioridade a esse projeto. Ele foi votado na Câmara, foi para o Senado. Na época o presidente Sarney, era o senador ou já era do Renan? O dado concreto é que uma coisa que estava incubada há 13 anos, nós desencubamos.

Certamente que não acabamos com todos os problemas, porque agora precisamos colocar dinheiro nesse fundo, que é o próximo passo.

Eu quero cumprimentar a todos os companheiros e companheiras dos movimentos que estão presentes aqui, os companheiros que junto comigo participaram de tantas coisas.

Eu me lembro que eu ainda era deputado federal, em 89 ainda, nós participamos de um evento, aqui, em Brasília, em que eu estava com o professor Florestan Fernandes, deputado do PT, o movimento começou a gritar para o Florestan tirar a gravata e ele ficou nervoso e não tirou a gravata, dizendo que não precisava tirar a gravata para mostrar que ele estava do lado do povo deste país.

Estou vendo aqui a nossa querida Ermínia Maricato, que tanto trabalhou junto aos movimentos para que a gente pudesse concretizar isso aqui.

Eu não sei quantos prefeitos tem aqui, porque não me deram, aqui, na nominata. Mas eu vi que o Paulinho Bururu está aí, nosso querido Paulinho de Jandira; eu vi que o nosso companheiro José Filippi, de Diadema, estava aí, ou está aí; eu vi que o nosso companheiro Luiz Marinho, presidente da CUT, está aí também e trouxe com ele o Topo Gigio que, no mínimo, veio aqui para te visitar, viu Zé.

Meus companheiros, minhas companheiras,



A história de grande parte das cidades brasileiras é um pouco a história de milhões de pedreiros de fim de semana; gente que descansa batendo laje nos domingos e feriados; gente que faz das tripas coração para transformar madeira em barraco, barraco em alvenaria, e alvenaria em abrigo, aconchego, dignidade e, portanto, num lar.

Essa conquista de um lugar próprio para morar na cidade às vezes consome todo o ciclo de vida de uma família. A casa sobe aos poucos com o casamento; cresce um cômodo na chegada das crianças; ganha pintura na adolescência dos filhos, mas muitos aqui têm experiência, às vezes só fica pronta mesmo quando começa a ouvir o choro dos netos.

Ainda assim, freqüentemente, para a maioria dos brasileiros, falta um acabamento que não se resolve na base da tinta ou do reboco. E muitas vezes nem conseguimos dar o acabamento.

O nome desse acabamento é direito republicano à cidade e à cidadania. Ele inclui a moradia digna e, também, a rua limpa e iluminada; a segurança pública, o transporte acessível, o posto de saúde, a escola próxima; a natureza protegida; a praça das crianças e o lazer dos adultos. Tudo isso foi pensado para o nosso projeto Moradia.

Essa cidade democrática e cidadã ainda é privilégio de poucos, mas continua sendo um sonho de muitos. Milhões de brasileiros e brasileiras espalhados na grande malha urbana deste país, formada por 5.561 municípios, vivem comprimidos em espaços periféricos onde falta de tudo um pouco.

Sempre acreditei que só ampliaremos essa fronteira da cidadania nacional somando os esforços do governo e da sociedade. E a razão é muito simples: vivíamos num país que estava sendo desenhado por poucos e para poucos. E que, portanto, obedecia à lógica dos interesses exclusivistas, que se impõe de cima para baixo na nossa sociedade.

O nosso governo pensa e age de forma diferente. O compromisso social



foi, é e continua sendo nossa grande bandeira, e sabemos que o caminho para mudar a realidade é ouvir as vozes, quase sempre esquecidas, daqueles que vivem o cotidiano dos problemas que temos que enfrentar.

Por isso, é para mim motivo de grande orgulho e alegria participar hoje da sanção do Fundo Nacional de Habitação, cujo projeto de lei tramitava no Congresso Nacional há mais de 13 anos.

Como lembrou o nosso companheiro Olívio Dutra, este foi o primeiro projeto de lei de iniciativa popular apresentado ao Congresso Nacional. Graças à mobilização nacional de diversas entidades e movimentos populares de moradia, cerca de um milhão de assinaturas foram colhidas em todo território nacional.

Acompanho essa iniciativa desde o início. Foi tomando-a como referência que elaboramos o Projeto Moradia, no Instituto Cidadania, em que alguns de vocês participaram e mantivemos o compromisso de criar o Fundo Nacional de Moradia nos nossos programas de governo em 1994, 1998 e em 2002. Isso por imposição de vocês, nós tivemos que colocar no programa de governo.

Hoje estamos aqui comemorando a vitória depois dessa longa batalha, dessa longa caminhada, afinal de contas, nem todo mundo tem paciência para esperar 13 anos. Quero lembrar que está presente entre nós o nosso querido deputado federal Jamil Murad, tão conhecido do Brasil e, sobretudo, do povo de São Paulo. É bom chegar por último porque tem mais aplauso que os primeiros.

A criação do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social vai somar esforços e recursos do governo federal, estados e municípios. Com isso, estamos dando um passo significativo para sanar o déficit habitacional que aflige as famílias de baixa renda em nossas cidades.

Meus queridos companheiros e companheiras,

Nossas cidades, a maioria delas, são a tradução espacial do



desencontro produzido por décadas de expansão desequilibrada que agora estamos corrigindo.

A verdade é que a negligência política e a omissão pública do passado criaram entre nós um verdadeiro *apartheid* espacial e humano. Aquilo que entendemos por cidade, de fato, não abarca mais que 30% a 40% do total da população urbana brasileira.

Até meados dos anos 80, muitos mapas urbanos sequer incluíam as favelas no seu contorno. O que se dizia é que elas seriam removidas e desapareceriam para sempre. O que aconteceu foi exatamente o contrário. Não só não desapareceram como cresceram enormemente em todos os estados brasileiros.

Esse desconhecimento tem causa e nome. O planejamento democrático era um grande ausente em todas as instâncias da gestão nacional, descolando o Brasil verdadeiro do país oficial.

A omissão pública permitiu que a oferta e a demanda batessem cabeça em inúmeras frentes. Mas foi nas cidades que ela se revelou ainda mais perniciosa, empurrando gente pobre para áreas sem recursos e deixando imóveis bem localizados completamente ociosos.

A população das favelas brasileiras cresceu a uma taxa duas vezes e meia superior ao crescimento médio do país nos anos 90. A área central de São Paulo, por exemplo, perdeu 20% dos seus moradores nesse período, enquanto as periferias explodiram, ganhando mais de um milhão de novos habitantes. A mesma desproporção se repetiu em outras 13 grandes capitais, com inchaço periférico e esvaziamento do centro das cidades.

Criou-se assim um território com distâncias sociais que lembram, muitas vezes, o abismo existente entre a casa grande e a senzala, com uma diferença ainda mais cruel: não raro uma simples avenida ou um muro separa, agora, o século XXI do século XIX.

Meus companheiros e minhas companheiras,



Foge da verdade quem disser que tem uma solução rápida e fulminante para o gigantesco passivo acumulado nesse processo de segregação urbana.

Ao criar o Ministério das Cidades, uma das atribuições que lhe dei foi a de regenerar a política habitacional brasileira, devolvendo-lhe cada vez mais fôlego financeiro e finalidade social.

É assim que os recursos federais estão chegando de fato a quem mais precisa, enquanto incentivamos o mercado a ampliar a oferta, facilitando o acesso à casa própria. É exatamente isso que temos feito.

Ontem, determinei um conjunto de medidas para fazer avançar a economia brasileira. Uma delas foi a desoneração de projetos na área da construção civil, bem como a isenção de imposto sobre o lucro imobiliário, em casos de venda da casa própria para aquisição de uma nova casa.

Além dessa isenção e da oferta de crédito para o setor, essas medidas ajudarão a impulsionar, certamente, a criação de mais empregos no Brasil.

O financiamento imobiliário alcançou mais de 9 bilhões de reais no ano passado, contratando o maior número de unidades dos últimos dez anos, com um salto da ordem de 45% frente à média registrada entre 1995 e 2002.

Já investimos quase 559 milhões de reais em programas voltados para a urbanização de favelas, o que significa quase seis vezes mais do que foi investido na área nos dois últimos anos do governo anterior.

Nos últimos dois anos, o volume de recursos destinado à área de saneamento foi 14 vezes superior ao total das aplicações realizadas entre 1999 e 2002. Outros R\$ 6 bilhões de reais estão sendo destinados para o setor este ano.

No primeiro trimestre, o crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal já cresceu 55% e passou de 60% nas demais instituições do mercado.

O emprego na construção civil, que no ano passado teve o melhor desempenho dos últimos dez anos, abrindo 51 mil novas vagas, já criou mais 21 mil novas oportunidades de trabalho nos três primeiros meses deste ano.



A Caixa Econômica tem 10 bilhões de reais para sustentar essa recuperação que está em marcha no mercado imobiliário.

Programas habitacionais já existentes foram reformulados e outros novos foram criados pelo Ministério das Cidades para canalizar recursos, prioritariamente à faixa de renda até cinco salários mínimos, onde se concentram 92% do déficit habitacional brasileiro.

É sintomático que isso só tenha acontecido agora, enquanto no passado apenas 30% dos recursos eram dirigidos a essa faixa de renda.

Também apostamos nos Planos Diretores como instrumentos fundamentais para a universalização do direito à cidade.

No mês passado lançamos a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo. Investiremos até o final de 2005 mais de 53 milhões de reais para apoiar 1.680 municípios com mais de 20 mil habitantes, que devem elaborar seu plano diretor até o próximo ano.

Pretendemos, por meio dessa Campanha, criar um mutirão que lance as bases de cidades mais justas e republicanas, afinal, uma cidade para todos.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Possivelmente, quem nunca viveu o problema habitacional brasileiro, quem já nasceu tendo casa, quem já nasceu numa rua asfaltada, quem não precisou comprar uma casa porque a ganhou de herança, ou porque teve facilidade de comprar uma, não sabe, não tem dimensão do significado que a sanção dessa lei tem para o movimento social brasileiro. Nem imagina de perto a importância que esse projeto tem para milhões.

Alguns, como eu disse no começo do meu discurso, que começam a construir sua casa, às vezes num mutirão, depois percebem que a parede saiu torta e têm que derrubar para arrumar a parede, porque senão vai se gastar mais cimento para recuperar a parede do que para desmanchá-la. Alguns fazem uma laje e depois passam meses ou anos sem ter dinheiro para dar o passo seguinte da laje, mas o sonho da casa própria é um sonho que



permanece fixo na cabeça das pessoas, sobretudo as mais pobres, que querem ter, com diríamos, um ninho definitivo, que querem garantir uma casa onde os seus filhos não tenham que mudar de colegas todo ano, onde a molecada não tenha que trocar de escola todo ano, onde tenha um ponto de ônibus. Isso não tem significado para quem tem carro. Aliás, quem tem carro até gosta que não tenha ponto de ônibus perto.

Então, os valores que estão dimensionados neste projeto aprovado é que faz a diferença nesse momento histórico do país. Porque não apenas vocês, Donizete, já entraram aqui dentro duas vezes, como eu acredito que todos os movimento sociais já entraram aqui mais de duas vezes. E vão continuar entrando porque na hora em que o povo pega o gosto pela democracia, na hora em que ele aprende o sabor da democracia, ele não quer mais largar de exercitar a democracia.

Eu não posso prometer, porque senão vão dizer que eu prometi, mas nós estamos já discutindo, viu meu caro Mattoso, como criar as condições para que a gente faça uma isenção tributária na área da construção civil para favorecer as pessoas que, às vezes, querem comprar um saco de cimento para consertar um muro, as pessoas que querem comprar um saco de cal para pintar o quarto de um neto que nasceu, de um filho que nasceu. E essas pessoas sabem que não podem comprar. Nós vamos ter que pensar urgentemente como, ou criar uma linha de crédito daquelas bem baratinhas, que a Caixa pode criar, ou a gente desonerar essa parte da população que não pode ser onerada num saco de cimento, do mesmo jeito que é cobrado de uma empresa grande, de uma empresa tipo a Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, ou seja, o saco de cimento tem o mesmo valor para uma empresa que compra milhões de toneladas e que paga mais barato, e para um cidadão que vai comprar um saco de cimento. Nós vamos ter que caminhar para isso.

Eu quero dizer para vocês que a luta de vocês não terminou. Nós demos um passo extremamente importante. Isso aqui é uma consagração. Se a gente



pudesse gastar, vocês deveriam sair daqui, cada um, com uma medalhinha simbolizando esse projeto. Mas vocês sabem que nós temos muita coisa para fazer ainda. E vocês sabem que nós vamos fazer o que falta fazer, até porque nós fomos eleitos para fazer com que o povo mais pobre deste país pudesse conquistar o direito à cidadania.

Muito obrigado a vocês. Meus parabéns e vamos continuar lutando.